

Produção do Espaço e Dinâmica Regional

## Escolas particulares e urbanização de Juiz de Fora na virada do século XIX para o XX

Private schools and urbanization of Juiz de Fora at the turn of the 19th to the 20th century

Escuelas privadas y urbanización de Juiz de Fora a finales del siglo XIX al XX

Emília de Moraes Teixeira<sup>1</sup> , Pedro José de Oliveira Machado<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora , Juiz de Fora, MG, Brasil

### RESUMO

Emancipado de Barbacena em 1850 com o nome de Santo Antônio do Paraibuna, o município de Juiz de Fora iniciou a consolidação de suas bases infra estruturais urbanas apenas na década de 1880, quando começou a viver um momento de elevada prosperidade econômica, baseada na cultura cafeeira, que aplicava boa parte dos seus ganhos no desenvolvimento de atividades urbanas. Assim, o final do século XIX foi um período importante no que se refere a implementação de estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, equipamentos urbanos diversos e instituições de ensino, tema aqui especialmente tratado. Adotando como recorte temporal o período compreendido entre 1880 e 1907, apresentamos as principais características das instituições de ensino particulares e as relacionamos com o processo de urbanização local, impulsionado por um momento de grande crescimento econômico. Nossa indagação pode ser sintetizada da seguinte forma: de que maneira a instalação de escolas afetou o processo de urbanização de Juiz de Fora? E de que maneira o processo de urbanização demandou a implantação de escolas? Desafiados a responder estas perguntas, nosso objetivo foi estudar a relação entre o processo de urbanização juiz-forano - que se consolidou já em fins do século XIX - e a implantação e desenvolvimento de uma rede de ensino formada, especialmente por escolas particulares que atendiam aos filhos da elite local. Para este fim realizamos o levantamento numérico e nominal dos estabelecimentos de ensino instalados na cidade no período de análise.

**Palavras-chave:** Urbanização; Infraestrutura; Instituições de ensino

### ABSTRACT

Emancipated from Barbacena in 1850 and named "Santo Antônio do Paraibuna", the municipality of Juiz de Fora began the consolidation of its urban infrastructural bases only in the 1880s, when the city began to experience a moment of high economic prosperity, based on the coffee culture, which applied a good

part of its earnings in the development of urban activities. Thereby, the end of the 19th century was an important period in terms of the implementation of commercial establishments, industrial, banking establishments, various urban facilities and educational institutions, a topic specifically addressed here. Adopting the period between 1880 and 1907 as a time frame, we present the main characteristics of private educational institutions and relate them to the local urbanization process, driven by a moment of great economic growth. Our question can be summarized as follows: how did the installation of schools affect the process of urbanization in Juiz de Fora? And how did the urbanization process demand the implementation of schools? Challenged to answer these questions, our aim was to study the relationship between the urbanization process of Juiz de Fora - which was consolidated at the end of the 19th century - and the implementation and development of a teaching network formed especially by private schools that served the children of the local elite. For this purpose, we carried out a numerical and nominal survey of educational establishments installed in the city during the analysis period.

**Keywords:** Urbanization; Infrastructure; Educational institutions

### RESUMEN

Emancipado de Barbacena em 1850 bajo nombre de Santo Antônio do Paraibuna, el municipio de Juiz de Fora recién comenzó a consolidar sus bases de infraestructura urbana en la década de 1880, cuando pasó a vivir un momento de gran prosperidad económica, basada en la cultura del café, que invirtió buena parte de sus ganancias en el desarrollo de actividades urbanas. Así, el final del siglo XIX fue un período importante en lo que se refiere a la implantación de establecimientos comerciales, industriales, bancarios, diversos equipamientos urbanos e instituciones educativas, tema aquí especialmente abordado. Adoptando como marco temporal el período comprendido entre 1880 y 1907, presentamos las principales características de las instituciones educativas privadas y las relacionamos con el proceso de urbanización local, impulsado por un momento de gran crecimiento económico. Nuestra pregunta se puede resumir de la siguiente manera: ¿cómo afectó la instalación de escuelas en el proceso de urbanización de Juiz de Fora? ¿Y cómo el proceso de urbanización exigió la implementación de escuelas? Con el desafío de responder a estas preguntas, nuestro objetivo fue estudiar la relación entre el proceso de urbanización de Juiz de Fora, que se consolidó a fines del siglo XIX, y la implementación y desarrollo de una red de enseñanza formada especialmente por escuelas privadas que atendían a los hijos de la élite local. Para ello, realizamos un relevamiento numérico y nominal de los establecimientos educativos instalados en la ciudad durante el período de análisis.

**Palabras-clave:** Urbanización; Infraestructura; Instituciones de enseñanza

### 1 INTRODUÇÃO

Os estudos que relacionam o papel das instituições escolares com o processo de desenvolvimento urbano de Juiz de Fora são ainda incipientes. As pesquisas sobre o processo de urbanização local e as pesquisas sobre a educação aparecem separadas em diferentes bojos de análise. Partimos da consideração de que a urbanização e a oferta do serviço educacional constituem dois processos distintos, mas indissociáveis,

na medida em que junto com o processo de urbanização veio a necessidade de oferta do serviço escolar, a partir da demanda gerada pelo aumento da população. Assim, pensamos como necessária a realização de uma análise conjunta desses elementos. Por isso nossa indagação pode ser sintetizada da seguinte forma: de que maneira a instalação de escolas afetou o processo de urbanização de Juiz de Fora? E de que maneira o processo de urbanização demandou a implantação de escolas?

Desafiados a responder estas perguntas, nosso objetivo foi estudar a relação entre o processo de urbanização de Juiz de Fora - que se consolidou já em fins do século XIX - e a implantação e desenvolvimento de uma rede de ensino formada especialmente por escolas particulares que atendiam aos filhos da elite local. De maneira específica, buscamos: i) realizar o levantamento numérico e nominal dos estabelecimentos particulares de ensino que foram instalados na cidade no período de análise; ii) entender as conexões existentes entre o processo de implementação dos estabelecimentos particulares e seu vínculo confessional; iii) caracterizar a elite juiz-forana desse momento; iv) mapear as escolas particulares dentro do período abrangido pela pesquisa, a fim de demonstrar a distribuição espacial das instituições de ensino.

Temos como hipótese inicial que as instituições escolares, empreendidas no espaço urbano, ajudaram a consolidar o vigoroso processo de urbanização e o papel de centralidade exercido pela cidade, que se transformou em polo educacional regional da Mata Mineira. O processo de urbanização demandou o ensino particular, que caracterizou-se nesse momento, como confessional, e esse intensificou a urbanização, num ciclo contínuo. Uma escola é caracterizada como confessional quando segue princípios religiosos que são utilizados nas práticas pedagógicas do dia a dia escolar. Enquanto “a escola leiga constrói sua proposta baseada apenas em correntes pedagógicas, a confessional procura ter um embasamento filosófico-teológico” (Silva *et al*, 2019, p. 43).

Cumpramos esclarecer que o presente artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas que temos desenvolvido para o curso de mestrado em Geografia, que busca

analisar as escolas públicas e particulares, estabelecidas em Juiz de Fora, no período de 1880 a 1907, bem como sua relação com o processo de urbanização local. No presente artigo apresentamos apenas os resultados obtidos para os estabelecimentos particulares de ensino. Justificamos a utilização da década de 1880, como marco inicial da pesquisa, pois foi quando teve início a consolidação das bases infra estruturais urbanas e a cidade começou a viver um momento de elevada prosperidade econômica, baseada na cultura cafeeira, que embora se constituísse numa atividade tipicamente rural, passou a aplicar boa parte dos seus ganhos no desenvolvimento de atividades urbanas. Já a utilização do marco final do recorte temporal, o ano de 1907, se deu pela instalação dos primeiros grupos escolares no perímetro urbano de Juiz de Fora, marco histórico na oferta do serviço educacional público na cidade, que até esta data abrigava apenas colégios particulares.

O levantamento numérico dos estabelecimentos de ensino foi realizado por meio de buscas pelo site da Hemeroteca Digital Brasileira, através do jornal O Pharol, que segundo Oliveira (1966, p. 179) “foi o jornal de mais belas tradições” no final do século XIX e início do século XX em Minas Gerais. Para a realização desta etapa da pesquisa utilizamos as palavras-chave: colégio, escola, escolas públicas, escolas municipais, escolas estaduais, externato, internato, exames e cadeira. Consultamos todas as ocorrências de cada palavra-chave para os anos pesquisados. Vale ressaltar que, a partir do que encontramos, optamos por utilizar a palavra “colégio” quando nos referirmos às escolas particulares, pois assim era chamada a maior parte desses estabelecimentos. Além do referido jornal, encontramos informações sobre os estabelecimentos de ensino particulares no Arquivo Público Mineiro (APM), através de pesquisa presencial, e ainda na edição de 1899 do Almanach de Juiz de Fora.

Nas buscas pelo jornal O Pharol, o nosso esforço foi reunir as notícias isoladas de cada estabelecimento de ensino e montar um compilado de cada ano. A possibilidade de existência de outros colégios, que não investiam em publicações no jornal é real, mas não impediu a análise de um panorama geral. Isto porque buscamos outras fontes de informações que, ao final, nos ajudou a montar um compilado o mais abrangente

possível. A partir da elaboração de quadros, um para cada ano escolhido, conseguimos elencar todos os possíveis colégios de Juiz de Fora, cujos dados foram fundamentais para entendermos a relação entre o desenvolvimento urbano e a oferta do serviço educacional (quadro 1). O entendimento desta relação foi essencial para destacarmos a importância destas instituições de ensino como mais um tipo de investimento capitalista e parte integrante do processo de modernização da cidade.

**Quadro 1** – Fontes e justificativa da seleção dos dados utilizados no levantamento dos colégios de Juiz de Fora para anos selecionados no período de 1880 a 1907

(Continua)

Ano	Fontes de dados sobre os colégios	Justificativa da escolha do ano
1878	O Pharol	Escolhemos o ano de 1878 por se tratar de um referencial anterior à década de 1880 e por estar praticamente completo na Hemeroteca, faltando apenas 10 edições. Além disso, fizemos esta escolha pela impossibilidade de utilizarmos o ano de 1880, que contém apenas uma edição.
1883	O Pharol	Escolhemos o ano de 1883 porque faz parte do início da década de 1880 e possui o maior número de edições em comparação com os anos anteriores da mesma década. Além disso, este foi o ano da publicação do Regulamento nº 100, que estabeleceu novas determinações sobre o ensino público e particular da província de Minas Gerais.
1884	O Pharol	Elegemos o ano de 1884 pois encontramos outro arquivo da província de Minas, a Fala de 1º de agosto de 1885*, que também consta o número de escolas públicas de instrução primária da província, para o ano de 1884.
1885	O Pharol	Selecionamos o ano de 1885 porque foi a partir dele que o jornal O Pharol passou a ser publicado diariamente.
1892	O Pharol	Escolhemos o ano de 1892 por conta da Lei 41 de 1892, que deu nova organização à instrução pública do Estado de Minas.
1893	O Pharol	Optamos pela escolha do ano de 1893 pois foi o ano de instalação de algumas escolas públicas municipais.
1899	Guimarães (1899)	Encontramos uma lista das escolas particulares na edição de 1899.
1900	O Pharol; APM – Quadro dos estabelecimentos particulares	Escolhemos o ano de 1900 porque temos o relatório original das escolas municipais desse ano, obtido junto ao Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

**Quadro 1** – Fontes e justificativa da seleção dos dados utilizados no levantamento dos colégios de Juiz de Fora para anos selecionados no período de 1880 a 1907

(Conclusão)

Ano	Fontes de dados sobre os colégios	Justificativa da escolha do ano
1901	O Pharol	Apesar de faltarem bastante edições na Hemeroteca, optamos por utilizar o ano de 1901 porque as edições do mês de novembro estão completas e contemplam informações sobre os exames finais realizados nas escolas públicas municipais e estaduais.
1905	O Pharol	Escolhemos o ano de 1905 porque dispomos do relatório de instrução pública municipal durante este ano letivo, original, também obtido junto ao Arquivo Histórico de Juiz de Fora.
1907	O Pharol;	Escolhemos o ano de 1907 por ser o limite final da pesquisa e ano da instalação dos grupos escolares.

Fonte: Organizado pelos autores (2022). Nota: \*Após a pesquisa no Arquivo Público Mineiro, onde encontramos o registro dos mapas das escolas públicas de Minas Gerais, optamos por não utilizar a Fala e utilizar o registro dos mapas

Realizamos uma análise pormenorizada do processo de urbanização de Juiz de Fora, nos guiando pelas singularidades educacionais locais, com a finalidade de enriquecer os estudos sobre o processo de urbanização e sobre a educação existentes.

À fase das exposições e mediante a revelação do contexto inicial de nossas inquietações, torna-se importante apresentar a organização estrutural deste artigo. Na primeira sessão apresentamos uma breve introdução do tema, relacionando urbanização e educação em Juiz de Fora. Na segunda sessão tratamos dos aspectos de formação da cidade, incluindo alguns dos principais acontecimentos e empreendimentos estabelecidos na década de 1880. Na terceira sessão apresentamos o resultado da investigação realizada sobre os estabelecimentos privados, mostrando seus traços confessionais e segregacionistas - tanto socioeconomicamente, quanto racial e espacialmente. Por fim, na conclusão, fizemos o nosso parecer final sobre o serviço educacional juiz-forano, apontando suas características gerais e sua relação com o processo de urbanização.

## 2 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO JUIZ-FORANO

Emancipado de Barbacena em 1850, com o nome de Santo Antônio do Paraibuna, o município de Juiz de Fora iniciou a consolidação de suas bases infra estruturais urbanas apenas na década de 1880, quando a cidade começou a viver um momento de elevada prosperidade econômica, baseada na cultura cafeeira, que aplicava boa parte dos seus ganhos no desenvolvimento de atividades urbanas. Já a partir da segunda metade século XIX, a localidade se apresentava como centro catalisador da Zona da Mata Mineira, o que se deu em razão da concentração de serviços. O histórico processo de industrialização local, a forte atividade comercial, as atividades de construção civil e, sobretudo, a presença de um amplo e diversificado setor de serviços respondem por essa histórica centralidade.

Ao longo do século XIX a expansão da cafeicultura na Zona da Mata ocorreu guiada pelo Caminho Novo (concluído em 1709, e que ligava o Rio de Janeiro à região produtora de ouro) e, portanto, o povoamento e ocupação inicial da região se deu através desta primeira via de circulação. Como consequência, a produção de café foi responsável por consolidar a ocupação regional, que se tornou a principal produtora em Minas Gerais a partir de 1847, assim permanecendo durante as três primeiras décadas do século XX (Giroletti, 1988). Do conjunto formado pelos municípios da Mata, Juiz de Fora teve o maior plantel de cativos, exatamente por ter sido o maior produtor de café (Pedrosa, 1962). Também foram importantes vias de acesso e, por consequência, de fixação, a Estrada Nova do Paraibuna - aberta a partir de 1836 - e a Estrada União e Indústria - inaugurada em 1861 (Machado, 2016). Mas a crescente produção cafeeira demandou um sistema de transporte mais eficiente do que o rodoviário, antes utilizado. "A ferrovia foi o grande impulsionador do crescimento da Zona da Mata mineira e Juiz de Fora era o principal entreposto da região, antes abastecida por importantes estradas de rodagem e agora não por uma, mas duas estradas de ferro: a Leopoldina e a Dom Pedro II" (Duque, 2019, p. 65).

As transformações de caráter infra estrutural, como a criação de rodovias e ferrovias, além de facilitarem a produção e o escoamento do café, permitiram o

desenvolvimento do comércio local e “Juiz de Fora se transformou no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás” (Giroletti, 1988, p. 41).

Além disso, o conjunto formado pelas ferrovias também tornou Juiz de Fora viável para outras atividades econômicas, sendo a principal delas a atividade têxtil. “Entre os núcleos industriais mineiros que surgiram no final do século XIX e início do século XX, o de maior destaque, quer pelo número de indústrias e de operários, quer pela riqueza produzida, foi o de Juiz de Fora” (Giroletti 1988, p. 24). O início da industrialização têxtil desta cidade se deu com a instalação da popularmente chamada Fábrica dos Ingleses, inaugurada no dia 25 de dezembro de 1883 (Cimino, 2018). Em fins da década de 1880, outro importante empreendimento desse setor foi instalado na localidade, sob a responsabilidade de Bernardo Mascarenhas. A Tecelagem Mascarenhas iniciou suas atividades em maio de 1888 (Duque, 2019). Tanto a Fábrica dos Ingleses quanto a Tecelagem Mascarenhas, entendidos como, de fato, as primeiras indústrias locais, eram empreendimentos tipicamente urbanos.

A década de 1880 também marcou a inauguração de importantes serviços urbanos. Em 1881 inauguravam-se os serviços de bondes de tração animal, um verdadeiro sistema de transporte urbano, de passageiros e de cargas. O telefone chegou em 1883, e telégrafo em 1884. Em 1885 a população urbana começou a ser servida de água a domicílio. Em 1887 inaugurou-se o Banco Territorial e Mercantil de Minas, o primeiro banco local, e em 1888 a biblioteca municipal. Em 1889 foram implementados a energia elétrica, a iluminação pública e outra instituição bancária, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Giroletti, 1988). Ainda podemos citar as emissões de títulos das dívidas públicas, que ocorreram nos anos de 1885 e 1888. Essas emissões indicam que o crescimento demográfico gerou demandas por investimentos em infraestrutura na cidade, mas como o orçamento municipal não conseguia cobrir, foi preciso emitir títulos para realizar as obras e acompanhar o ritmo da urbanização, pois estas emissões funcionaram como forma de complementação orçamentária, visando a melhoria material do lugar (Duarte 2016). Após a década de 1880 ainda



podemos citar alguns acontecimentos de grande importância, como outra emissão de títulos em 1893, o primeiro plano de saneamento de Howyan, de 1892, com início das obras em 1893, e, entre 1891 e 1892, a indicação de Juiz de Fora para sediar a nova capital do Estado (Duque, 2019). Esses são alguns dos principais empreendimentos e serviços urbanos implementados no final dos Oitocentos na cidade de Juiz de Fora.

Neste período de acelerado crescimento econômico e investimentos diversos, a educação não poderia deixar de figurar como mais um dos serviços urbanos demandados pela população. De acordo com o recenseamento de 1890, o município somava 74.136 habitantes, dos quais 22.586 eram moradores do distrito sede, o que representava 30,5% da população residindo na área urbana (Machado, 2018, p. 301). A princípio, a criação de estabelecimentos de ensino no distrito sede, que abrangia, obviamente, o perímetro urbano da época, estava relacionada com a demanda demográfica, mas também tinha estreita relação com o público que lá residia, em grande parte constituído pela elite local. Assim, neste artigo, voltaremos os nossos olhares para o grupo formado pelas escolas particulares, que se instalaram majoritariamente no espaço urbano, para atender à classe mais abastada.

### **3 LOCAIS DE SEGREGAÇÃO: OS COLÉGIOS PARTICULARES DE JUIZ DE FORA**

#### **3.1 A confessionalidade na educação particular**

Uma escola é caracterizada como confessional quando segue princípios religiosos que são utilizados nas práticas pedagógicas do dia a dia escolar. “A escola confessional dissemina os conhecimentos filosófico-teológicos e os princípios educacionais da ordem religiosa à qual se vincula” (Bittar, 2010, p.1). Dessa forma podem haver escolas confessionais católicas, metodistas, presbiterianas e quantas forem as que se vinculam a determinada religião.

Segundo Alves (2009), o ensino privado no Brasil já nasceu confessional. Nos três primeiros séculos de colonização as ordens religiosas é que tinham a função

de promover o ensino. Esta educação privada confessional era direcionada a uma minoria de elite, formada por funcionários públicos, proprietários de terras e donos de engenhos de cana.

Durante a maior parte do período colonial (1500 - 1759), as tarefas do ensino no Brasil ficaram ao encargo de Ordens Religiosas, sobretudo dos Franciscanos e dos Jesuítas, mas também dos Oratorianos, dos Dominicanos, dos Beneditinos, dos Carmelitas e dos Capuchinhos. Como religiosos, eles tinham suas estruturas próprias, desenvolvidas, eficazes e autônomas, constituindo-se em regime de caráter privado, ainda que, por vezes, contasse com o apoio financeiro do Estado” (Alves, 2009, p. 72).

Essa confessionalidade foi, a priori, exclusivamente católica, até a segunda metade do século XIX, “quando as missões protestantes começaram a se estabelecer no Brasil” (Silva *et al.*, 2019, p. 43). Antes disso, a presença protestante ocorreu, mas de forma eventual, “através de agentes diplomáticos, colportores e viajantes, uma incipiente presença metodista, que sofreu solução de continuidade, além das primeiras levadas de imigrantes luteranos nos anos vinte” (Santos, 2007, p. 114).

Foram as missões protestantes, principalmente as estadunidenses, que, de fato, marcaram uma nova fase na história da educação confessional brasileira, pois chegaram ao país com a intenção de conversão religiosa. Entre as estratégias protestantes missionárias estava a conversão através da educação. Fizeram parte das missões protestantes os presbiterianos, os batistas e os metodistas (Santos, 2007).

No final do século XIX já existia em Juiz de Fora uma certa pluralidade religiosa, composta por católicos, luteranos, metodistas, batistas, espíritas e maçons. Os luteranos começaram a chegar à cidade a partir de 1858, no contexto da construção da estrada União e Indústria, e a presença deles não foi vista como uma ameaça, até mesmo porque a Igreja Católica local ainda não tinha iniciado o processo de reforma, conhecido como Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora. Os metodistas, que chegaram em 1884, e já em 1889 haviam fundado um colégio, o Collegio Americano Granbery, tinham uma relação um tanto conflituosa com a Igreja Católica, a ponto de ambos rebaterem críticas em jornais, tendo chegado, até mesmo,

a um episódio de agressão física. A presença metodista era interpretada como uma ameaça ao catolicismo local. Com relação aos espíritas, estes começaram suas reuniões em 1882, mas o primeiro Centro Espírita União Humildade e Caridade foi formado em 1901. A partir da segunda década do século XX os espíritas fundaram algumas obras para caridade, o que desencadeou na Igreja Católica um sentimento de ameaça. A maçonaria, que já estava presente na cidade desde o ano de 1870, também realizava obras sociais. Além disso, os maçons foram grandes apoiadores dos metodistas na fundação do Colégio Granbery, pois os livros de matrícula revelavam que boa parte dos alunos eram seus filhos (Pereira, 2002).

Neste cenário religioso, os batistas fundaram na cidade a Igreja Batista de Juiz de Fora, em fevereiro de 1889, a primeira da província de Minas Gerais. No ano de 1891 existiam 3 pontos de pregação na cidade. Entretanto, a igreja não obteve muito progresso. Até os fins de 1892 foi considerada uma missão independente, mas passou aos cuidados da missão do Rio. Com a fundação da Igreja de Belo Horizonte, em fevereiro de 1897, que obteve grande êxito, os batistas ficaram animados com a missão mineira na nova capital, construindo um edifício para um colégio. O fracasso da missão batista em Juiz de Fora pode explicar a inexistência de conflitos com a igreja católica (Crabtree, 1962).

É importante salientarmos que o processo de reforma da Igreja Católica de Juiz de Fora supracitado esteve atrelado a um movimento nacional, que por sua vez estava vinculado a um movimento mundial da Igreja Católica em prol de sua autonomia. Desde a época medieval a Igreja se vinculava ao poder político, formando o Estado Católico. Através da realização do Concílio de Trento, no século XVI, a Santa Sé procurou estabelecer um modelo de maior autonomia para a Igreja. Esse movimento só chegou ao Brasil em meados do século XIX, quando os bispos brasileiros decidiram desatrelar a Igreja do poder do Estado e, ao mesmo tempo, colocá-la sob a dependência direta da Sé Romana (Azzi, 2000).

Sabemos que com a proclamação da República foi instituída a saída da Igreja do poder político do Estado, o que leva muitos a pensarem que foi o próprio Estado

que, almejando se tornar laico, realizou tal ruptura. Mas Azzi (2000) nos leva a refletir que essa ruptura já era, também, um anseio pretendido pela própria Igreja Católica. A igreja conseguiu sua autonomia administrativa e isso não significou a sua saída do poder, pois continuou exercendo papel de destaque no cenário nacional, através por exemplo, da criação de diversos colégios católicos. Aliás, “a promoção da educação católica foi um dos pontos destacados da estratégia dos bispos reformadores para conquistar um espaço na sociedade burguesa em formação, contrapondo-se às escolas protestantes e ao ensino leigo”, que eram considerados adversários em uma disputa na qual o resultado final deveria ser a sustentação da supremacia católica (Azzi, 2000, p. 161, 162).

Pereira (2002), ao analisar os principais movimentos que permearam o processo de Romanização e de Reforma Católica Ultramontana na Igreja de Juiz de Fora, faz apontamentos importantes sobre a estreita relação entre o catolicismo e a educação na cidade. O movimento iniciado no Brasil a partir da década de 1840, chegou de fato a Juiz de Fora apenas em 1890, justamente em um período de grande modernização local, que acarretou também despontamentos de outras religiões. “A ação romanizadora da Igreja foi tentada, num primeiro momento, com a ação de um clero reformado e competente”, o que não foi suficiente para alcançar os objetivos pretendidos (Pereira, 2002, p. 165).

Assim sendo, dadas as características modernizantes da cidade, o bispo tentou uma nova solução com o auxílio de congregações religiosas europeias, que assumiram não somente as tarefas pastorais e paroquiais como também as tarefas educativas e assistenciais ligadas a colégios, hospitais e asilos (Pereira, 2002, p. 165).

Como se pode ver a Igreja Católica estava perdendo espaço para outras instituições religiosas e precisava realizar ações para evitar a conversão da população juiz-forana. Entre essas ações, a criação de escolas teve papel de destaque. No processo de renovação, entre outras mudanças, a Igreja Católica

passou a incentivar a promoção da educação católica por parte dos religiosos europeus que estavam se instalando na cidade. Com isso se procurava evitar que a população juiz-forana, sobretudo a elite, buscasse

os colégios protestantes, que nesse momento eram grandes atrativos para uma sociedade que estava vivenciando o ápice do seu progresso (...). Destacava-se na educação católica no período, os colégios Santa Catarina, Stella Matutina e Academia do Comércio (Brion, 2008, p. 47, 48).

A missão da educação católica não se restringia aos colégios particulares. O projeto educacional abrangia a criação de escolas primárias paroquiais gratuitas para crianças pobres. Assim, a educação era um dos objetivos da reforma, fosse ela através do colégio particular confessional ou através do ensino gratuito paroquial. Importante perceber que “no processo de Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja, o episcopado brasileiro valorizou a educação como suporte de sustentação da formação de uma sociedade católica reformada” (Pereira, 2002, p. 129).

Além do empenho direto da igreja para a manutenção de sua posição na sociedade, através da criação de escolas mantidas por congregações europeias, vale ressaltar o papel do laicato nessa campanha em defesa da educação católica. Mesmo após a proclamação da República, muitos colégios particulares sem vínculo congregacional, optaram por manter em seus estabelecimentos as disciplinas religiosas, como foram os casos, por exemplo, do Externato Ítalo-Brasileiro, do Colégio Santa Cruz, do Colégio Alvarenga, do Colégio Malta e do Colégio Sant’Anna, cujos folders ou notícias no jornal O Pharol comprovam a oferta de tais disciplinas.

### **3.2 Os colégios particulares do período**

“A literatura sobre as primeiras instituições de instrução primária e secundária em Juiz de Fora é bastante escassa” (Yazbeck, 2004, p.125). Na verdade, sempre houve uma dificuldade no registro dos colégios particulares em todo o Estado de Minas Gerais. Esta situação fica evidenciada no relatório do secretário de interior do ano de 1893, no qual o mesmo relata a falta de dados sobre os estabelecimentos de ensino particulares.

Colégios e escolas particulares

Por falta de dados na seção não me é possível dar-vos o número de

colégios e escolas particulares existentes no Estado, e nem tampouco informar-vos sobre o movimento de matrícula e frequência de cada uma delas, aproveitamento dos alunos, método de ensino, etc. Apesar de que todos os regulamentos de instrução pública impõe aos diretores e professores desses estabelecimentos a obrigação de comunicarem à repartição central a fundação, programa de estudos, pessoal e método de ensino, e a de remeterem semestralmente mapas dos alunos matriculados; contudo, não tem sido satisfeitas essas exigências, a despeito de reiteradas intimações por intermédio das autoridades literárias (Relatório do Secretário de Interior, 1893, p. 81).

Se no final do século XIX já havia certa dificuldade em listar os estabelecimentos de ensino particulares, nos dias atuais a tentativa de reconstituir esse passado é ainda mais desafiadora. A partir das buscas feitas no jornal O Pharol, elaboramos um compilado numérico dos estabelecimentos particulares de ensino para cada ano selecionado dentro do período de análise por nós abordado (quadro 2). Além deste compilado, apresentamos as íntegras dos quadros elaborados com base nos dados encontrados no Almanach, para o ano de 1899, no APM, para o ano de 1900, e no jornal O Pharol, também para o ano de 1900 (quadros 3, 4 e 5).

#### Quadro 2 – Número de colégios do município de Juiz de Fora entre 1878 e 1907

Ano	Número de colégios	Colégios urbanos	Colégios rurais
1878	6	6	0
1883	13	12	1
1884	11	10	1
1885	14	12	2
1892	13	12	1
1893	11	10	1
1900	12	11	1
1901	14	13	1
1905	17	17	0
1907	16	16	0

Fonte: Organizado pelos autores (2022)

A reunião de todas as informações coletadas nos deu um panorama detalhado dos colégios que existiram em Juiz de Fora. Assim, em 1878, de acordo com os registros encontrados no jornal O Pharol, existiam seis colégios na cidade. Já na virada do século XIX, com base nos dados do Almanach de Juiz de Fora (Guimarães, 1899), haviam 14 instituições educacionais particulares. No Arquivo Público Mineiro encontramos

o Quadro dos estabelecimentos particulares de ensino para o ano de 1900, datado de 30 de abril, e assinado por Estevam de Oliveira. Nele, o inspetor descreveu 14 instituições de ensino mantidas por iniciativas privadas diversas, ou seja, sem vínculos com o poder público.

### Quadro 3 – Estabelecimentos particulares de ensino na cidade de Juiz de Fora em 1899

Nome	Localização	Diretoria
Colégio Americano Granbery	Rua Bernardo Mascarenhas, antiga Escola Agrícola	J. M. Lander
Academia de Comércio	Na parte alta da Rua Halfeld	Gustavo Penna
Colégio Andrés	Morro da Gratidão	dr. Luiz Andrés
Colégio Freire	Rua Direita, 43	José de Souza Freire
Colégio Mineiro	Rua Halfeld, nº 175, canto da de Santo Antônio	Miss E. B. Perkinson e miss Lula Ross
Colégio Irmãs de São	Rua Direita, nº 70	Rvma. madre superiora d. Maria Fides de São
Colégio Alvarenga	Rua Direita, nº 123	d. Emília Tostes Alvarenga
Colégio Nossa Senhora do Carmo	Rua do Comércio, nº 2, canto da Rua do Sampaio	d. Maria do Carmo Goulart
Colégio Hungria	Rua do Comércio, nº 27	d. Olympia Hungria e d. Onofrina Silva
Externato Alemão	Rua Bernardo Mascarenhas	Pastor Eduardo Precht
Externato Bessa	Rua Direita, nº 66	d. Alice Bessa
Escola Italiana Umberto Primo	Rua Quinze de Novembro, nº 10	Professora Giudita Segante
Escola Regina Margherita	Rua de Santa Rita, nº 48	Professora Amélia Ongaro de Battista; Inspetor Joaquim Magrini. Inspetora Maria Luiza Longhi
Externato Amélia de Freitas	Rua do Comércio, canto da Espírito Santo	d. Amélia de Freitas

Fonte: Guimarães (1899, p. 13, 221, 222)

A partir da análise comparativa dos quadros 4 e 5, ambos referentes ao ano de 1900, constatamos a ausência de algumas instituições de ensino. No primeiro, faltam os três externatos mistos e a Escola Alemã, que aparecem no segundo quadro. Neste, por sua vez, não consta a Escola Italiana Umberto I e o Colégio Rinaldi Gameiro. Assim, em uma análise conjunta das duas fontes, chegamos à conclusão que havia um total 16 colégios no município neste ano. Desse modo, em consequência da análise dos

quadros 3, 4 e 5, percebemos que na virada do século XIX para o século XX, o número de colégios era bastante expressivo, variando entre 14, em 1899 e 16, em 1900. Este montante praticamente se manteve na primeira década dos Novecentos, pois para os anos de 1905 e 1907 encontramos, respectivamente, 17 e 16 colégios, todos urbanos.

**Quadro 4** - Colégios de Juiz de Fora, segundo o Quadro dos estabelecimentos particulares de ensino em 1900

Nome	Localização	Diretoria	Tipo de ensino	Sexo	Confessional
Externato primário misto		D. Maria Piedade	Primário	Misto	
Externato misto para o ensino primário e secundário		D. D. Victória Paletta e Clélia Paletta	Primário e secundário	Misto	
Colégio Alvaenga	Rua Direita	D. Emília Tostes Alvaenga	Primário e secundário	Feminino	
Colégio Onofrina		D. Onofrina da Silva e D. Olympia Hungria.	Primário, secundário	Feminino	
Colégio Freire	Alto dos Passos	José Freire	Primário e secundário	Masculino	
Externato primário misto		D. Maria Gertrudes Milagres	Primário	Misto	Sim (leciona Doutrina cristã)
Colégio de São		Dirigido por uma Superiora	Primário e secundário	Feminino	Sim (leciona Doutrina cristã)
Colégio Americano Granbery		J. M. Lander	Primário e secundário	Masculino	Sim (Religião metodista)
Colégio Mineiro		Miss Mary W. Bruce	Primário e secundário	Feminino	Sim (Religião metodista)
Escola alemã	Villagem	Sr. J. J. Zinck, pastor da igreja protestante	Primário	Misto	Sim (Religião protestante)
Escola Santa Catharina	Villagem	Irmã Crescência e a irmã Augusta	Primário	Misto	Sim (Religião católica)
Escola italiana Regina Margherita	Rua de Santa Rita	Amália Ongaro de Baptista	Primário	Misto	
Colégio Santa Cruz	Mariano Procópio	Theodoro Coelho, Achilles de Miranda e Joaquim Xavier R. da Costa,	Primário e secundário		
Externato Stella Matutina	Lado esquerdo da igreja matriz	Padres da Congregação do Verbo Divino.	Primário e secundário		Sim (Religião católica)

Fonte: APM - Quadro dos estabelecimentos particulares de ensino da cidade de Juiz de Fora (1900)



**Quadro 5** – Colégios do município de Juiz de Fora em 1900

(Continua)

<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Tipo de ensino</b>	<b>Sexo</b>	<b>Confessional</b>
Colégio Santa Cruz (Ex-Colégio Andrés)	Mariano Procópio; Rua do Gratidão n° 100, próximo à Estação de Mariano.	Proprietário: Joaquim Xavier Rodrigues da Costa. Diretor: Theodoro Caetano da Silva Coelho (1° semestre); Achilles H. de Miranda (2° semestre)	Primário, secundário e comercial	Masculino	Sim
Colégio Americano Granbery	Rua do Comércio n° 2	J. M. Lander			
Colégio Nossa Senhora de Sião	Rua Direita n° 72				
Colégio Stella Matutina	Rua da Boa Vista n° 4 e 6; depois Rua Direita n° 109	Padre Dr. Frederico Hellenbrock (1° semestre); Padre Luiz Koester (2° semestre)	Primário, secundário e comercial	Masculino	Sim
Colégio Mineiro	Rua Direita	L. A. Shaffer			
Colégio Alvarenga	Rua Direita n° 121-123	Emília Tostes de Alvarenga			
Externato para meninas	Rua do Comércio n° 27 (endereço do Almanaque de 1899)	Onofrina da Silva e Oympia Hungria			
Colégio Freire	Rua Direita n°43 (endereço do Almanaque de 1899)	José de Souza Freire			
Escola de Santa Catharina	Rua Bernardo Mascarenhas	Irmã Augusta		Misto	

**Quadro 5** – Colégios do município de Juiz de Fora em 1900

(Conclusão)

Nome	Localização	Diretoria	Tipo de ensino	Sexo	Confessional
Escola Italiana Umberto I	Rua Quinze de Novembro nº 10 (endereço do Almanaque de 1899)				
Escola mista Italiana (Regina Margherita)	Espirito Santo nº 16	Seganti Giuditta	Primário	Misto	
Colégio Rinaldi Gameiro	Estação do Comendador Felgueiras	Marianna Rinaldi Gameiro	Primário e secundário	Feminino	Sim

Fonte: O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXVII, 271, 274. (1893); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXIX, 250, 264. (1895); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXXIV, 22, 25, 27, 56, 57, 60, 67, 76, 86, 88, 156, 161, 165, 167, 168, 173, 208, 214, 232, 236, 248, 263, 295, 303, 305, 325, 237, 344, 351, 352, 357, 358, 366. (1900); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXXIX, n. 2132. (1904); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XL, n. 150. (1906)

Uma questão que merece destaque, e pôde ser verificada a partir da análise de todos os quadros elaborados sobre os colégios para o período da pesquisa, é a localização das instituições de ensino particulares. Estes estabelecimentos eram claramente urbanos, existindo poucas exceções.

Com a finalidade de demonstrarmos cartograficamente a localização dos colégios elaboramos a figura 1, referente aos dados obtidos para o ano de 1883, que corresponde ao início do período analisado, mas que é representativo de todo o período da pesquisa. Nosso intuito foi o de ilustrar as informações coletadas a fim de enriquecer visualmente o resultado final da pesquisa, dando ao leitor a possibilidade de interpretar espacialmente os dados de localização dos estabelecimentos de ensino, ou seja, a distribuição das instituições dentro do limite urbano. Chegamos à conclusão de que não haveria a necessidade de apresentarmos outros mapas, pois os resultados finais ficariam muito parecidos. A ideia foi lançar as localizações dos colégios em um mapa atual do Google, no qual foi inserido o limite do perímetro urbano da época. Este perímetro foi delimitado pela Resolução Municipal nº 2.641 de 1880 e representado

cartograficamente na planta do engenheiro José Barbalho Uchôa Cavalcanti, em 1883. Esta planta encontra-se depositada no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora e foi recentemente scaneada pelo discente do PPGEO Luciano Alves Soares Caraméz, para o desenvolvimento de sua dissertação. Foi através da pesquisa dele que tivemos acesso a este limite devidamente georreferenciado e gentilmente cedido, utilizado apenas para efeito visual da localização dos estabelecimentos escolares.

Ao visualizarmos a figura 1 é possível termos a clara percepção de que todos os colégios listados para o ano de 1883 se localizavam dentro do perímetro urbano da época. Naquele momento, a área mais dinâmica do perímetro urbano correspondia ao triângulo formado pelas ruas Direita, do Imperador e do Espírito Santo. Este triângulo, que na época era composto pelas atuais Avenida Rio Branco, Avenida Getúlio Vargas e Rua Espírito Santo, ainda hoje corresponde ao cerne da área central, com a ressalva de que a Avenida Itamar Franco substituiu a rua Espírito Santo. Neste mapa, além dos colégios, representamos também as escolas públicas urbanas. Assim, percebemos que o conjunto formado por todos os estabelecimentos de ensino, privados e públicos, localizavam-se na parte mais central do perímetro urbano.

Entendemos que a concentração de estabelecimentos de ensino particulares na área urbana era reflexo tanto da liberalização do ensino particular, quanto da demanda por uma educação mais avançada do que aquela oferecida pelo Estado, que ofertava o ensino gratuito, porém primário. Os colégios particulares, em maioria, além do primário, ofereciam a instrução secundária, que era o diferencial que atraía os filhos das classes mais abastadas, ou seja, os filhos da elite urbana composta por políticos, fazendeiros, guardas nacionais, profissionais liberais, capitalistas, negociantes, comerciantes e industriais. Era esse o público que podia pagar por um serviço localizado na área urbana de um município que se destacava no cenário nacional em diversos aspectos, dentre os quais o educacional.

Essa notoriedade educacional pode ser confirmada quando verificamos que as instituições de ensino particulares<sup>1</sup> recebiam alunos de diversos municípios mineiros e

---

<sup>1</sup> "Colégio Alvarenga: (...) Atinge a 41 o número de alunas matriculadas, sendo 17 internas e 24 externas. As alunas internas pertencem a municípios diversos do Estado, excetuadas três, que vieram da cidade de S. Paulo; (...)

também de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco (Quadro Dos Estabelecimentos Particulares, 1900). Além disso, já em 1890, Juiz de Fora ocupava a décima posição entre 120 municípios, dentro do Quadro das cadeiras primárias de educação pública existentes no Estado de Minas Gerais (Quadro Das Cadeiras, 1890), e em 1891 dividia a oitava posição com outros três municípios (Quadro Das Cadeiras, 1891). Este contexto, naquele momento, demonstrava o destaque da cidade no cenário educacional, que viria a ser consolidado no decorrer dos séculos XX e XXI, se tornando, de fato, polo educacional estadual e nacional, conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

A fim de corroborar a hipótese de que apenas a elite podia pagar pela educação particular realizamos o levantamento dos valores das mensalidades cobradas pelos colégios entre 1877 a 1907. Verificamos que elas variavam entre 5\$000 e 60\$000<sup>2</sup>. Uma simples comparação entre as mensalidades dos colégios e os salários dos porteiros e serventes - profissionais que não faziam parte da elite - nos permitiu afirmar que estes estabelecimentos de ensino eram, de fato, destinados às classes mais abastadas.

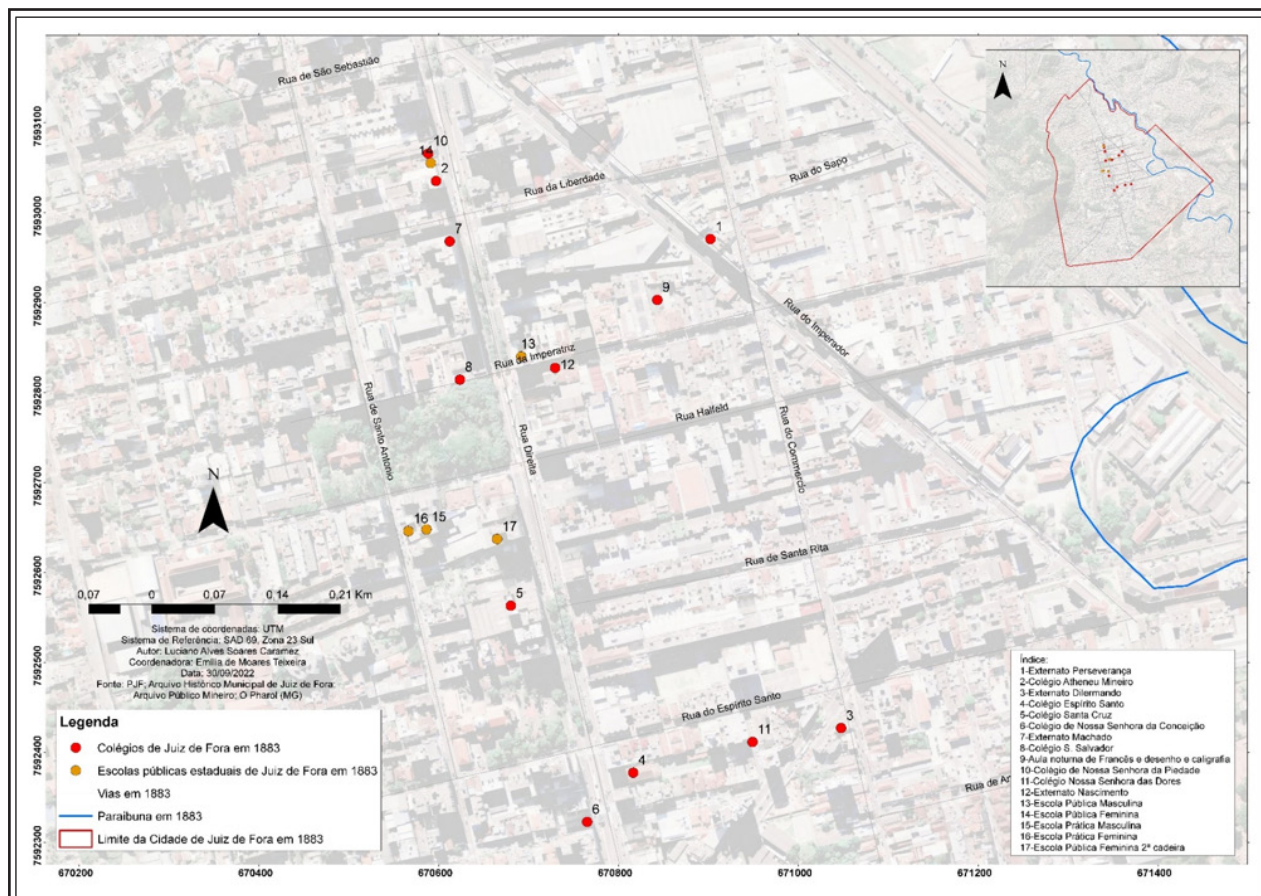
De acordo com o Decreto 1.960 de 1906, o servente de grupo escolar e o porteiro tinham renda mensal de 63\$333 e 80\$000, respectivamente (Minas Gerais, 1906). Esses rendimentos eram baixos se comparados à riqueza da elite, que tinha dinheiro sobrando para investir em projetos de modernização da cidade e em títulos da dívida pública. Figuras como a do industrial, do comerciante, do político, do profissional liberal e do fazendeiro aparecem como compradores desses títulos e mostram que a elite juiz-forana estava envolvida com esses investimentos (Duarte, 2016).

---

**Colégio Onofrina:** (...) Matrícula efetiva 47 meninas. Destas, 13 internas, 30 residentes na cidade e 17 procedentes de diversos municípios do Estado; (...) **Colégio Freire:** (...) Matrícula 36 alunos assim divididos: 11 internos e 26 externos, estes residentes na cidade e aqueles em diferentes localidades do Estado; (...) **Colégio de São:** (...) Frequência atual, 47, em virtude do mal estado sanitário da cidade. As alunas deste instituto são residentes nesta cidade, algumas, no município, outras, e em diferentes municípios mineiros, a maior parte; (...) **Colégio Americano Granbery:** (...) Matrícula 78, sendo: 28 internos e 50 externos. Dos internos pertencem alguns alunos a municípios mineiros, e outros provém dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; (...) **Colégio Mineiro:** (...) Matrícula efetiva, 62 alunas, das quais 15 internas e 47 externas, providas aquelas de municípios mineiros e fluminenses" (QUADRO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES, 1900, grifo nosso).

<sup>2</sup> Os valores das mensalidades foram encontrados em anúncios das seguintes edições do jornal O Pharol: O PHAROL, Juiz de Fora, ano XI, 30, 77. (1877); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XVII, 2, 4, 34, 75, 60. (1883); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XVIII, 86, 125, 148, 108. (1884); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XIX, 108, 32, 229. (1885); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XX, n. 4. (1886); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXVI, 3, 6, 216, 217. (1892); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXVII, 272, 279, 280. (1893); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXXIV, 173, 325, 351, 237. (1900); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXXVIII, 771, 775. (1904); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXXIX, 7, 84. (1905); O PHAROL, Juiz de Fora, ano XLII, n. 122. (1907).

**Figura 1** – Localização dos estabelecimentos de ensino na área urbana de Juiz de Fora, em 1883



Fonte: Organizado pelos autores (2022)

Podemos fazer uma comparação entre o rendimento anual do servente escolar e os investimentos em títulos da dívida pública de Juiz de Fora, realizados pela elite em 1893. Na lista dos subscritores dos títulos apresentada por Duarte (2016), dos 105 investidores, 40 aplicaram entre 200\$000 e 800\$000, 30 aplicaram entre 1:000\$000 e 5:200\$000, 23 aplicaram entre 10:000\$000 e 20:000\$000, 8 aplicaram entre 24:000\$000 e 71:000\$000 e 1 investidor aplicou 170:000\$000. Assim, o capital investido no valor de 1:000\$000 já ultrapassava o vencimento anual de um servente que era de 760\$000. Um investimento de 10:000\$000 equivalia a 13 anos de trabalho deste profissional, um investimento de 71:000\$000 equivalia a 93 anos de trabalho e, por fim, um investimento de 170:000\$000 equivalia a 223 anos de trabalho. Mesmo os menores investimentos já significavam que havia um excedente financeiro e aqueles que o possuíam provavelmente tinham condições e desejos de matricularem seus filhos em uma instrução de ensino

renomada e localizada na área urbana do município. Portanto, a elite que claramente tinha o desejo de manter seus privilégios e continuar tomando as decisões sociais, econômicas e políticas no município e na dinâmica da cidade de Juiz de Fora, usava a educação de seus filhos como caminho para alcançar esta finalidade.

**Figura 2** – Alunos e professores do Granbery em 1892



Fonte: Giudice (2012, p. 57)

Além do exposto, ainda podemos acrescentar que os colégios eram urbanos porque no meio rural não havia demanda suficiente para este serviço, uma vez que a maior parte da população aí residente pertencia às classes mais pobres e abrangia grande parte da população negra recém liberta da escravidão, que por motivos financeiros só podia frequentar as escolas públicas. Podemos afirmar que os estabelecimentos de ensino pagos, além de se destinarem às classes abastadas da sociedade, eram também locais de instrução da população branca, ou seja, havia uma separação por cor. Isto pode ser verificado em fotos da época (figura 2). Para além dos dados apresentados, as fotografias simbolizam muito bem a clientela atendida pelos colégios, nos quais os alunos apresentavam-se bem vestidos e não havia a presença de alunos negros.

Por fim, depreendemos que a manutenção do ensino religioso, observada no rol das matérias lecionadas em vários colégios, já no período republicano, confirma que a maior parte dos colégios de Juiz de Fora eram, de alguma forma, confessionais, uma vez que, ou estavam diretamente ligados a alguma congregação católica, ou professavam esta religião por livre iniciativa. Além disso, mesmo não sendo encontradas informações concretas ligadas à confessionalidade, a respeito de determinados colégios, vale destacar que os próprios nomes de vários estabelecimentos nos levam ao entendimento de que muitos deles se tratavam de estabelecimentos confessionais, pois suas denominações eram referências diretas a nomes de santos ou santas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste artigo buscamos identificar como se configurava o ensino em Juiz de Fora e evidenciar a relação intrínseca entre o processo de urbanização e a existência de um amplo aparato educacional instalado na cidade em fins do século XIX e início do XX, precisamente entre 1880 e 1907. Para este propósito, apontamos alguns dos principais empreendimentos e intervenções urbanas, realizados com recursos oriundos, direta ou indiretamente, da atividade cafeeira, que possibilitou os múltiplos desenvolvimentos e a modernização da cidade.

Mostramos que os colégios particulares eram marcadamente confessionais e numericamente expressivos. Outra característica importante diz respeito à localização, pois eram claramente urbanos, existindo poucas exceções, ou seja, havia colégios fora da área urbana, porém de maneira isolada. A concentração dessas instituições na área urbana era reflexo tanto da liberalização do ensino particular, quanto da demanda por uma educação mais avançada do que a oferecida pelo Estado, que ofertava o ensino gratuito, porém primário. Os colégios particulares, em maioria, além do primário, ofereciam a instrução secundária, que era o diferencial que atraía os filhos da elite urbana, que era o público que podia pagar por um serviço diferenciado e localizado na cidade. Além disso, os colégios eram urbanos porque no meio rural não havia demanda suficiente para este serviço, uma vez que a maior parte da população

que lá residia pertencia a classes mais pobres e abrangia grande parte da população negra recém liberta da escravidão, que por motivos financeiros só podia frequentar as escolas públicas. Ademais, os estabelecimentos de ensino pagos, além de se destinarem às classes abastadas da sociedade, também eram locais de instrução da população branca, ou seja, havia uma separação por cor. E isto foi verificado ao analisar as fotografias daquela época, a partir das quais foi possível perceber que nos colégios particulares os alunos apresentavam-se bem vestidos e não havia a presença de alunos negros.

No que tange a integralidade do sistema de ensino, podemos afirmar que as instituições escolares empreendidas na área urbana se constituíram como elementos importantes no processo de urbanização. A instalação dos grupos escolares no perímetro urbano de Juiz de Fora foi um marco histórico na oferta do serviço educacional público na cidade, que até 1907 tinha como boas referências apenas colégios particulares. Mesmo contando com um número de escolas públicas inferior ao número de colégios, a estrutura educacional urbana formada a partir de então, composta por todos os estabelecimentos de ensino particulares e públicos, deu a cidade mais uma característica marcante. A localidade, que apresentava acentuada atividade comercial e era o principal centro industrial de Minas Gerais, se transformou em polo educacional, referência regional e nacional na oferta de educação, uma qualidade que veio a se consolidar ao longo dos anos e permanece até os dias atuais.

No período pesquisado a elite local produziu e usufruiu de benfeitorias localizadas no centro urbano, dentre as quais figuraram os colégios particulares confessionais. Enquanto os estabelecimentos de ensino privados ocupavam, no sentido geográfico, o centro da cidade, as escolas públicas situavam-se na área rural. Enquanto os primeiros se destinavam aos filhos da elite local, as outras instituições eram os locais destinados à educação das classes mais pobres. Diante disso, entendemos que a educação particular se enquadrava como mais um elemento de manutenção do poder da elite juiz-forana, já exercido pelas posições políticas, pela influência econômica e pelo prestígio social. Através dos colégios a elite reafirmava o seu poder, segregando as



crianças socialmente (crianças ricas e crianças pobres), racialmente (crianças brancas e crianças negras) e espacialmente (crianças frequentadoras dos colégios citadinos e crianças frequentadoras das escolas rurais).

Ainda podemos afirmar que alguns dos colégios mais renomados daquele período ao se localizarem dentro do perímetro urbano, a partir da aquisição de extensas propriedades de terras, influenciaram no ordenamento territorial citadino. Primeiramente, porque desempenharam importante função atrativa, a partir do estímulo à ocupação naquelas áreas do entorno imediato. E segundo, porque quando adquiriram grandes propriedades urbanas também impediram a ocupação dessas áreas centrais por outros empreendimentos, regulando, indiretamente, o mercado imobiliário e impedindo, de certa forma, parte do processo de verticalização urbana. O Granbery, a Academia de Comércio, o Stella Matutina e o Santa Catarina são os grandes exemplos de colégios que estão inseridos no escopo desta pesquisa e são, ainda hoje, detentores de grandes propriedades na área urbana central. Outros estabelecimentos de ensino, igualmente confessionais, como o Colégio dos Santos Anjos, o Colégio Nossa Senhora do Carmo e o Colégio Jesuítas, integram o conjunto das instituições educacionais com posses de terra urbana atualmente, mas foram instalados algumas décadas após o final do período abordado neste artigo. O conjunto formado por esses colégios acabou interferindo no ordenando o território urbano, desde a época em que foram instalados até o presente momento.

Bressan (2013, p.48) destaca que “os estudos das trajetórias históricas de instituições escolares exigem uma análise pormenorizada dos processos de urbanização”. Concordamos com o autor, mas afirmamos que o oposto também é verdadeiro, ou seja, os estudos dos processos de urbanização exigem uma análise pormenorizada das trajetórias históricas de instituições escolares, pois estas se configuram como mais um tipo de investimento capitalista e parte integrante do processo de modernização da cidade.

Assim, entendemos que o processo de urbanização de Juiz de Fora se desenvolveu e se articulou com os processos econômicos, políticos, sociais e culturais da localidade, tendo as instituições educacionais os seus devidos e destacados papéis.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, L. M. P. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 71-78, jan./abr. 2009.
- AZZI, R. **Sob o báculo episcopal**: a igreja católica em Juiz de Fora, 1850 - 1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.
- BITTAR, M. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- BRESSAN, R. G. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas. v. 13 n. 3, p. 29-56, set./dez. 2013.
- BRION, I. P. **A ação reformadora e romanizadora da Igreja Católica de Juiz de Fora (1890 – 1924)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.
- CIMINO, C. C. G. **História e Memória da Ferreira Guimarães em Juiz de Fora**. 1. ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2018.
- CRABTREE, A. R. **História dos batistas no Brasil até o ano de 1906**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.
- DUARTE, F. M. **Mercado financeiro e crédito público**: acumulação de capital e infraestrutura urbana em Juiz de Fora (1870-1900). Juiz de Fora: Funalfa, 2016.
- DUQUE, R. R. **Urbanização e ferrovia**: questões da forma urbana em Juiz de Fora de 1870 a 1929. 2019. 207 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- GIROLETTI, D. **Industrialização em Juiz de Fora**: 1850-1930. Juiz de Fora: Editora da UFJF , 1988.
- GIUDICE, E. et al. **O Granbery**. 1. ed. Juiz de Fora: Granbery Edições, 2012.
- GUIMARÃES, H. (Org). Almanach de Juiz de Fora para 1899. 1. ed. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1899.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- JUIZ DE FORA. Resolução n.º 2.641, de 8 de janeiro de 1880. **Delimita o perímetro da cidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 1880.
- MACHADO, P.J.O. Evolução demográfica do Município de Juiz de Fora/MG, no período 1850/1920: População, café e território. In: GOMES, I. A. (Org.). **A Geografia na contemporaneidade 2**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. p. 294-308.
- MACHADO, P. J. O. Urbanização e modificações no Córrego Independência, Juiz de Fora/MG. **CaderNAU**, Rio Grande, v. 9, n. 1, p. 44-63, ago. 2016.

MINAS GERAIS. Decreto n.º 1.960, de 16 de dezembro de 1906. **Aprova o regulamento da instrução primária e normal do Estado**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, 1906.

OLIVEIRA, P. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria. 1996.

PEDROSA, M. X. V. Zona silenciosa da historiografia mineira: a Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 257, p. 122-162, out./dez. 1962.

PEREIRA, M. S. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. 2002. 189P. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, J. M. L. Religião e educação: contribuição protestante à educação brasileira 1860-1911. *Revista tópicos educacionais*, Recife, v. 17, n. 1-3, p. 113-151. 2007.

SILVA, A. A. M. T. et al. A educação confessional no Brasil. In: 36º SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES, 1, Anápolis. **Anais** [...] Anápolis: UniEVANGÉLICA, 2019. p. 43-51.

YAZBECK, D. C. M. A vida cultural e a educação básica em Juiz de Fora na primeira república. In: NEVES, J. A. P. et al (Org.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. p. 123-132.

## Fontes primárias

APM. Quadro das cadeiras primárias existentes no Estado de Minas Gerais, 1890, (INVENTÁRIO DO FUNDO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA IP-080).

APM. Quadro das cadeiras primárias existentes no Estado de Minas Gerais, 1891, (INVENTÁRIO DO FUNDO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA IP-080).

APM. Quadro dos estabelecimentos particulares de ensino existentes na cidade de Juiz de Fora, 1900, (INVENTÁRIO DO FUNDO SECRETARIA DO INTERIOR SI-2746).

APM. Relatório do Secretário de Interior, 1893, (INVENTÁRIO DO FUNDO SECRETARIA DO INTERIOR SI-2746).

## Contribuição de autoria

### 1 – Emília de Moraes Teixeira

Mestra em Geografia, pela Universidade Federal de Juiz de Fora;

<https://orcid.org/0000-0001-5761-8854> • [emiliajf2006@yahoo.com.br](mailto:emiliajf2006@yahoo.com.br)

Contribuição: Conceituação; Análise Formal; Escrita – primeira redação

## 2 – Pedro José de Oliveira Machado

Doutor em Geografia, pela Universidade Federal Fluminense, Campus de Niterói;

<https://orcid.org/0000-0002-0264-303X> • [pjomachado@gmail.com](mailto:pjomachado@gmail.com)

Contribuição: Conceituação; Supervisão; Escrita – revisão e edição

### Como citar este artigo

TEIXEIRA, E. M. de; MACHADO, P. J. O. de; Escolas particulares e urbanização de Juiz de Fora na virada do século XIX para o XX. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 27, e73349, p.1-28, 2023. DOI: 10.5902/2236499472349. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499472349>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.